

IV SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXII Semana de Iniciação Científica

21 a 25 de outubro de 2019

Tema: “Desmonte da Pesquisa, Ciência e Tecnologia: repercussões e impactos tecnológicos, sociais e culturais”



CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE SABEM AS CRIANÇAS SOBRE SER MULHER?

Karine Feitosa Carlos Santana¹

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo refletir acerca do processo de formação de competências essenciais na educação infantil, com vistas a aprendizagem e desenvolvimento para o conviver, ou seja, para mobilizar conhecimentos e habilidades – práticas, cognitivas e socioemocionais para a convivência com o outro, com as diferenças que se operam no processo de construção da identidade de gênero e, portanto, na convivência harmoniosa com as mulheres. Com esse intuito, levantou-se a seguinte problemática: como as crianças percebem as diferenças em relação ao outro, que saberes e práticas trazem em seu repertório acerca da identificação e da convivência de gênero? Na busca pela compreensão e apropriação da temática, bem como para responder a essa questão norteadora, realizaremos a pesquisa por meio de Grupo Focal com crianças da Educação Infantil de uma escola da Rede Pública Municipal de Ensino do Crato – CE, a fim de conhecer como as crianças percebem as diferenças em relação ao outro, que saberes e práticas trazem em seu repertório acerca da identificação e da convivência de gênero.

Palavras-Chave: Criança. Currículo. Diversidade. Educação Infantil. Mulher.

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que a escola é um dos espaços de sociabilidade no qual as crianças se deparam com as diferenças, de sexo, raça, etnia, religião, etc. Sabe-se ainda que a escola é um *locus* por excelência para, a partir de princípios éticos, políticos e estéticos, promover a formação humana integral da criança e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

O ambiente escolar é um dos principais lugares para construção de competências gerais que consubstanciam o direito a aprendizagem e ao desenvolvimento das crianças. Para tanto, é necessário que haja

¹ Especialista em Educação Infantil, graduada em Pedagogia e graduanda em Direito pela Universidade Regional do Cariri – URCA. k-feitosa@hotmail.com

IV SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXII Semana de Iniciação Científica

21 a 25 de outubro de 2019

Tema: *“Desmonte da Pesquisa, Ciência e Tecnologia: repercussões e impactos tecnológicos, sociais e culturais”*



intencionalidade pedagógica que assegure a criança conhecer a si mesmo e ao outro, numa perspectiva de educação integral, cognitiva e afetiva.

Considerando essa assertiva e os objetivos da educação infantil, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), apresenta o conviver como eixo estruturante de aprendizagem e desenvolvimento da criança, assim como o conhecer-se, dentre outros.

É essencial que haja empenho das escolas para que as crianças desenvolvam consciência crítica e práticas cotidianas voltadas para o respeito à diversidade e a valorização dos direitos humanos, dentre eles, o combate de todas as formas de violência contra as mulheres, compreendendo-se essa como uma violência de gênero, ou seja, aquela que ocorre pelo simples fato de ser mulher.

O estudo que nós propomos se justifica pela necessidade de refletir acerca do processo de formação de competências essenciais na educação infantil, com vistas a aprendizagem e desenvolvimento para o conviver, ou seja, para mobilizar conhecimentos e habilidades – práticas, cognitivas e socioemocionais para a convivência com o outro, com as diferenças que se operam no processo de construção da identidade de gênero e, portanto, na convivência harmoniosa com as mulheres.

Nessa perspectiva, queremos compreender como as crianças percebem as diferenças em relação ao outro, que saberes e práticas trazem em seu repertório acerca da identificação e da convivência de gênero?

Entendemos que a escola tem um papel fundamental na prevenção da violência contra as mulheres, assim sendo desde a mais tenra idade, não pode descuidar e nem transferir esse papel que deve ocorrer em diálogo com a família.

Assim sendo, o objetivo desta pesquisa é conhecer como as crianças percebem as diferenças em relação ao outro, que saberes e práticas trazem em seu repertório acerca da identificação e da convivência de gênero.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

IV SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXII Semana de Iniciação Científica

21 a 25 de outubro de 2019

Tema: "Desmonte da Pesquisa, Ciência e Tecnologia: repercussões e impactos tecnológicos, sociais e culturais"



A violência contra a mulher, em nossa sociedade, foi sedimentada pela cultura misógina que relegou a mulher, historicamente, a condição de subalternidade em relação ao homem. Não obstante, a partir, sobretudo, dos movimentos feministas e das mulheres, ocorridos no mundo ocidental nos anos sessenta e setenta do século passado, pautou-se a reivindicação da desnaturalização da desigualdade e subalternidade das mulheres em relação aos homens, compreendendo-a como resultante de uma construção cultural. Várias foram às conquistas ensejadas pelos movimentos feministas e das mulheres, mas, por se tratar de uma construção cultural, subsistem desafios que a escola tem que enfrentar em seu processo de formação humana.

Dentre as conquistas obtidas pelas mulheres no Brasil, a Lei Maria da Penha se constitui um marco jurídico no enfrentamento da violência contra as mulheres. Essa Lei foi decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 07 de agosto de 2006 e entrou em vigor em 22 de setembro do mesmo ano. A partir da publicação, a lei é apontada pela Organização das Nações Unidas como umas das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres assegurando o amparo legal para a punição das condutas violentas, a prevenção dessas condutas e a assistência às vítimas.

A redação do Art. 1º diz:

Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. (Lei nº 11.340, 7 de agosto de 2006).

A Lei altera o Código Penal, na introdução do parágrafo 9 no artigo 129, onde aprova que agressores de mulheres no ambiente doméstico ou no contexto familiar sejam presos em flagrante ou tenham prisão preventiva decretada. A legislação aumenta o tempo máximo de detenção e prevê medidas que vão do

IV SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXII Semana de Iniciação Científica

21 a 25 de outubro de 2019

Tema: "Desmonte da Pesquisa, Ciência e Tecnologia: repercussões e impactos tecnológicos, sociais e culturais"



afastamento do agressor do lar, contato com a ofendida à restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores.

A violência de gênero, em suas distintas manifestações, atinge várias classes sociais, no entanto, às mulheres estão mais expostas às múltiplas violências de gênero, devido ao sexismo, racismo e, conseqüentemente, por fazerem parte das classes desfavorecidas, essa afirmativa pode ser constatada através dos noticiários nos rádios e televisões acerca do feminicídio e tantas outras violências às quais as mulheres são acometidas.

O conceito de gênero para Guacira Lopes parte da:

Construção social feita sobre diferenças sexuais. Gênero refere-se, portanto, ao modo como as chamadas "diferenças sexuais" são representadas ou valorizadas; refere-se àquilo que se diz ou se pensa sobre tais diferenças, no âmbito de uma dada sociedade, num determinado grupo, em determinado contexto. (LOURO, 2000, p. 26).

3. METODOLOGIA

A metodologia será pautada na pesquisa qualitativa, conceituada por Bogdan e Biklen (1982) como aquela que envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatizando mais o processo do que o produto e se preocupando em retratar a perspectiva dos participantes.

A pesquisa será feita por meio de Grupo Focal com crianças da Educação Infantil de uma escola da Rede Pública Municipal de Ensino do Crato - CE, considerando que esse método permite ao pesquisador uma maior observação e interação com os participantes, possibilitando-lhes manifestar opiniões individuais e coletivas acerca da temática explorada, propiciando um ambiente mais espontâneo para entrevista, onde as crianças estarão mais dispostas a compartilharem suas ideias e divergindo com seus pares de forma mais autêntica, bem como a interação com o entrevistador.

4. REFERÊNCIAS

IV SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXII Semana de Iniciação Científica

21 a 25 de outubro de 2019

Tema: "Desmonte da Pesquisa, Ciência e Tecnologia: repercussões e impactos tecnológicos, sociais e culturais"



BOGDAN, R.; BIKLEN, SK. **Qualitative research for education**. Boston: Allyn and Bacon, 1982.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. 10. ed. Brasília, DF: Senado, 1998.

_____. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13827.htm. Acesso em: 13 fev. 2019.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394/96. Brasília: 1996.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Lisboa: Porto, 2000.